

‘NO CAMPO, ENTRE MULHERES’: COTIDIANO, VALORES E A PERCEPÇÃO DO ‘OUTRO’ NA PESQUISA ANTROPOLÓGICA¹

Kirla Korina dos Santos Anderson

Doutoranda em Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFGA)

Maria Angelica Motta-Maués

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFGA)

Este trabalho objetiva identificar e analisar idéias e práticas sobre a construção do ‘outro’ entre famílias de pescadores residentes no Distrito de Icoaraci, no município de Belém, estado do Pará. Para isso, chamamos atenção ao processo de construção cultural, neste contexto específico, das categorias gênero e família, de forma a compreender como essas pessoas classificam, distribuem e significam suas práticas. Mereceu atenção perceber como se realizou, diariamente, a conciliação de tarefas entre mulheres (pesquisadora e interlocutoras), tanto nas nossas atividades isoladas, como durante o encontro etnográfico, em que tivemos que combinar horários para as entrevistas, bem como os valores que as orientam. Contextualizar quando, como e onde essas ações se desdobram é importante, o que não deixa de permitir comparações, revelando a importância de se relativizar. Por isso, a categoria ‘outro’ que se investiga envolve a consideração sobre o modo de vida do grupo pesquisado, com ênfase para a maneira como construímos um espaço relacional, em que a cultura opera como uma lente através da qual enxergamos, classificamos e tratamos o outro. Como procedimento metodológico, foram utilizados dados estatísticos para caracterização da área de estudo e realizei trabalho de campo, com entrevistas feitas com sete mulheres de famílias de pescadores.

Palavras-chave: gênero, cotidiano, intersubjetividade.

¹ Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, em Porto Seguro, Bahia, Brasil.

Introdução

As reflexões que dão corpo a este artigo são produto de cinco anos de trabalho de campo entre mulheres de famílias de pescadores em Belém, que compreende o período de 2001 a 2006, cujo interesse principal consistiu na investigação da participação das mulheres na manutenção doméstica de tais famílias². A primeira parte da pesquisa de campo realizou-se no âmbito de uma bolsa de iniciação científica do CNPq que, posteriormente, tomou a forma de meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, e enfocou uma análise de gênero, pesca e reprodução social, destacando as atividades que elas faziam dentro e fora de casa; na segunda etapa, já no mestrado, ampliei a observação, buscando interpretar quais prioridades selecionavam e como se dava a organização e participação dos familiares nestas atividades, atentando para a análise do cotidiano. A intenção de reunir os dados sobre a (re)construção e análise do que vi e ouvi em campo, referindo Cardoso de Oliveira (1997), estão organizados neste artigo³. Por isso, apresento o perfil das famílias e organização das mulheres durante o trabalho etnográfico, com o interesse de interpretar antropologicamente, também, o que significou estar ‘no campo, entre mulheres’.

Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivos identificar e analisar idéias e práticas sobre a construção do ‘outro’ entre famílias de pescadores residentes no Distrito de Icoaraci, no município de Belém, estado do Pará, e refletir sobre a intersubjetividade durante o trabalho de campo entre mulheres. O estudo concentrou-se nas atividades diárias desenvolvidas por mulheres e homens, no âmbito doméstico e extra-doméstico, partindo das expectativas que influenciam suas práticas cotidianas por gênero. Mereceu atenção perceber como se realizou, diariamente, a conciliação de tarefas entre mulheres (pesquisadora e interlocutoras), tanto nas nossas atividades isoladas, como durante o encontro etnográfico, em que tivemos que combinar horários para as entrevistas, bem como os valores que as orientam.

Quando falamos de idéias e práticas sobre a construção do “outro”, queremos chamar atenção ao processo de construção cultural, naquele contexto específico, das categorias gênero e família, de forma a compreender de que maneira essas pessoas classificam e distribuem suas atividades e como dotam de significado suas práticas. Pelo que se pôde observar, as injunções de gênero ajudam a separar espaços e atuações preferenciais para homens e mulheres, como

² Ao longo do período, foram entrevistadas dezoito mulheres nos distritos de Icoaraci e Outeiro. Levando em consideração as discussões sobre a importância da mulher em casa, o perfil das entrevistadas que será apresentado mais adiante conta com o número de sete mulheres, pois as reflexões sobre o encontro intersubjetivo surgiram durante a etapa do mestrado.

³ Em que faço uma reflexão completa com a outra autora deste trabalho que acompanhou, como orientadora, o desenvolvimento da pesquisa e a discussão dos dados no período do meu mestrado. Devemos dizer, então, que, muitas vezes, no trabalho a primeira autora será referida particularmente quando se tratar, mais especificamente, de momentos do trabalho de campo em Icoaraci. Neste sentido, não entraremos nos detalhes da organização e execução da atividade pesqueira.

em casa e na pesca, respectivamente, o que não significa exclusividade, aliado à questão da família, que distribui, por sua vez, autoridade, hierarquia e respeito. Seus arranjos familiares obedecem a estratégias que envolvem diálogos e negociações no cotidiano, em que as mulheres conversam principalmente com os filhos sobre família, casamento, estudos e esperam obediência deles e que, além disso, possam concretizar na sua biografia (através do estudo) aquilo que os pais não conseguiram, o que significa estudar e trabalhar (de preferência, em ramos de atividade que não sejam a pesca) (ANDERSON, 2007).

Por isso, a categoria “outro” que se pretende interpretar envolve uma descrição do cenário da pesquisa, com ênfase para como construímos um espaço relacional, em que nossa cultura opera como uma lente através da qual olhamos, tratamos e, porque não dizer, classificamos o outro. O pano de fundo para tais interpretações consiste no conjunto de significados que formam a cultura, conforme mostrou Geertz (1989).

A obtenção de dados empíricos consistiu em observações diretas, conversas informais e entrevistas a sete mulheres de famílias de pescadores, abordando questões sobre a organização, classificação e distribuição das atividades domésticas e de pesca entre os moradores do domicílio nos dias atuais e na infância. As relações sociais são organizadas a partir de sua importância para a reprodução do grupo doméstico, em que homens, mulheres e crianças recebem atribuições diferentes e complementares. No desenrolar das atividades diárias, as mulheres assumem responsabilidades na manutenção do grupo, conciliando e, muitas vezes, acumulando tarefas domésticas e extra-domésticas, e usufruindo de um status específico para escolhas, acordos e tomadas de decisão. Foram utilizados, ainda, dados estatísticos de órgãos do Estado do Pará, para caracterização da área de estudo e para o entendimento sobre tendências ocupacionais e demográficas em que estas famílias estão inseridas.

Este artigo está dividido em dois itens. No primeiro, apresentamos o perfil das interlocutoras e a formação e organização do grupo familiar, discutindo elementos sobre a socialização associada às temáticas de gênero e idade, interpretando como a cultura influencia (ou pode influenciar) a construção do outro, tendo o gênero e a família como pontos de partida. No segundo, trazemos reflexões sobre a pesquisa antropológica entre mulheres, dando atenção para significados diferentes e aproximados sobre as múltiplas jornadas de trabalho, observados tanto na perspectiva ‘nativa’, como na da pesquisadora. Implica dizer que, através do encontro etnográfico entre mulheres, as concepções de gênero suscitaram cuidado ao relativizar, pois rever práticas sociais no contexto em que são produzidas não é um exercício tão fácil como pode parecer e que a experiência etnográfica fez com que revíssemos as categorias na nossa experiência social.

1 Entre cenários e personagens: cotidiano, família e valores.

Como forma de subsidiar a discussão sobre o cotidiano, direcionei atenção para o lugar em que moram. O interesse reside na forma como produzem e reproduzem o espaço que vivem na cidade, considerando o contexto da migração que atraiu tais famílias.

O contexto em que se atualiza a vida dos pescadores no meio urbano, e a forma como conseguem organizá-la, são elementos de fundamental importância ao entendimento sobre as questões de gênero, família e pesca em Icoaraci, porque influenciam as práticas cotidianas das famílias. Os dados de campo revelam que a facilidade de transporte, acesso à escola para os filhos, as relações de vizinhança e com o meio ambiente e, conseqüentemente, a organização e a execução dos trabalhos na casa e na pesca modificam-se drasticamente do lugar de origem para o atual (ANDERSON, 2005; VELOSO, 2005).

Embora a migração não seja o foco principal de meu estudo, não posso prosseguir em minha análise sem fazer referência a alguns pontos discutidos por Veloso (2005). Esta pesquisadora, preocupando-se em examinar o processo de migração vivenciado por essas famílias, mostrou que este possui forte relação com as transformações econômicas, políticas e sociais desencadeadas pela modernização capitalista da segunda metade do século XX, na Amazônia, destacando situações de vida e de trabalho no lugar de origem e no da residência atual dessas famílias de pescadores, como também nos arranjos que desencadeou. O que se percebe é uma realidade diferente da almejada. As famílias de pescadores moram em comunidades – como são chamadas pelos moradores – em que o acesso se dá, principalmente, por caminhada⁴.

Para corroborar na descrição do lugar que moram, trago dados coletados pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE/PA). De acordo com esses dados, os moradores contam com uma infra-estrutura urbana que se aproximam à média do Estado. Sobre o tipo de pavimento, por exemplo, predomina o caminho natural. Dispõem de equipamentos urbanos, como escola e posto policial, mas se queixam dos serviços, dizendo que a escola é longe e o posto poderia ter mais policiais.

⁴ Numa delas, a Comunidade do Furo do Maguari, é necessário que se caminhe entre 15 (quinze) e 20 (vinte) minutos, da avenida principal (Avenida Cristóvão Colombo, que é o endereço das principais lojas, escolas, igrejas, farmácias e do trapiche do distrito) até a entrada da comunidade, que se localiza à beira do Rio Maguari. A comunidade fica, no sentido literal da palavra, “escondida” no final da avenida Maguari. Para se chegar até lá, caminhando, passamos por três ruas, entre subidas e descidas de ladeiras.

Tabela 1: Infra-Estrutura Urbana Disponível

<i>Especificação</i>	<i>RMB (%)</i>	<i>Média do Estado (%)</i>
Tipo de Pavimento		
Asfalto	19,8	14,2
Cimento/blokret	0,0	4,6
Piçarra	26,7	34,4
Caminho natural/sem revestimento	53,5	46,7
Equipamentos urbanos e de lazer		
Escola	85,5	91,3
Igreja/templo	73,4	88,1
Campo de futebol	72,3	78,0
Posto de saúde/hospital	50,3	69,0
Praça	33,5	50,4
Posto policial/delegacia de polícia	33,5	45,2

Fonte: SINE, 2003.

Ainda no que diz respeito ao contexto da migração, as significações das relações sociais também podem ser observadas na dinâmica de constituição das comunidades. Pelos relatos dos informantes, as comunidades (do Cubatão e do Furo do Maguari, situadas no Distrito de Icoaraci) se formaram na década de 1980, próximas a empresas de pesca, concentrando famílias oriundas de outros municípios do Estado do Pará, de outros estados ou até mesmo de outros bairros de Belém. É comum se referirem à comunidade formada por poucas pessoas naquele período e expandida com o passar do tempo. À este aumento do número de moradores, eles comentam que se deve à vinda de outros parentes e/ou conhecidos do seu lugar de origem. Recorrendo novamente à Veloso (2005), isso representa os laços de parentesco e conterraneidade como forma de adaptação à nova realidade.

Isto serve de subsídio para o entendimento da constituição desses espaços. Seguindo esta linha de raciocínio, na definição do espaço é comum eles apontarem casas de parentes, por exemplo, na vizinhança. Entra em cena a definição de “pedaço”, elaborada por Magnani (2002), que consiste numa forma de viver o espaço urbano, sustentada na aproximação dos indivíduos. O autor diz que pedaço torna-se um ponto de referência para os freqüentadores pertencentes a uma rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança e, por que não dizer, conterraneidade também. O pedaço, portanto, é um espaço intermediário entre o privado e o público, em que se desenvolve uma sociabilidade básica que, no caso de Icoaraci, se organiza pelos laços familiares principalmente.

As relações sociais entre famílias de pescadores pesquisadas são organizadas a partir de sua importância para a reprodução do grupo doméstico, em que homens, mulheres e crianças recebem atribuições diferentes e complementares. Dando atenção para a participação

feminina, as responsabilidades assumidas por essas mulheres consistem em conciliar e, muitas vezes, acumular tarefas domésticas e extra-domésticas, usufruindo de um status específico para escolhas, acordos e tomadas de decisão, dados que permitiram questionar e refletir sobre o lugar da mulher em casa, tema de minha dissertação de mestrado (ANDERSON, 2007).

O estudo sobre a família teve como principais interlocutoras sete mulheres com idades entre vinte e seis e sessenta e sete anos. O perfil de diferentes idades permitiu verificar como ocorre a formação da família, compreender as etapas de desenvolvimento do grupo doméstico e os principais critérios que utiliza para classificar, organizar e distribuir as atribuições domésticas entre homens, mulheres e crianças.

Quadro 1: Perfil das entrevistadas e composição do grupo doméstico

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado civil</i>	<i>Naturalidade</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Ocupação principal</i>	<i>Número de habitantes no domicílio (incluindo a informante)</i>	<i>Relação com a informante</i>
Clara	26	“Mora junto”	Icoaraci	Ensino médio incompleto	Dona de casa	04	Companheiro e 2 filhos
Fernanda	32	“Mora junto”	Icoaraci	Ensino médio completo	Dona de casa	06	Companheiro e 4 filhos
Milena	39	Casada	Cachoeira do Arari	Ensino médio completo	Dona de casa	04	Marido e 2 filhos
Clarice	44	“Mora junto”	Amazonas (Manaus)	Ensino médio incompleto	Dona da casa	03	Companheiro e 1 filho
Rosana	45	“Mora junto”	Icoaraci	Ensino médio incompleto	Dona de casa	04	Companheiro e 2 filhos
Palmira	56	Casada	Cametá	Ensino fundamental incompleto	Dona de casa	06	Marido e 4 filhos
Dalva	67	Casada	Abaetetuba	Ensino fundamental incompleto	Dona de casa	08	Marido, 2 filhos, 1 nora e 3 netos

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

Com relação à escolaridade, duas completaram o ensino médio, as outras cinco não concluíram o ensino fundamental, interrompendo os estudos na quarta-série. Com relação à ocupação principal, todas declaram ser donas de casa, mas há outras coisas que precisam ser ditas. Das sete, dona Palmira e dona Rosana tomam conta da “taberna⁵” da família, Milena e Clarice trabalham com serviços de limpeza em “casas de família⁶”, como chamam, e Fernanda realiza artesanato em crochê, que são vendidos eventualmente. A identidade de

⁵ Termo que utilizam para referir um ponto de venda de alimentos e produtos de limpeza na porta de suas casas.

⁶ Trabalham com serviço doméstico remunerado, realizado de duas a três vezes por semana, geralmente, no horário de 7h às 15h. Como seu pagamento é feito diariamente, chamam-se de “diaristas”.

dona de casa, portanto, refere-se ao espaço de atuação – a casa – e soma-se ao fato de não realizarem o serviço extra-doméstico todos os dias e o realizarem conjuntamente às tarefas domésticas.

Sobre o estado civil, as mulheres participantes deste estudo vivem com um companheiro, mas nem todas têm registro formal de casamento. Três são casadas com registro e cerimônia e não são naturais de Belém. As que “moram junto”, conheceram o companheiro na adolescência. Namoram por uns meses (que não chegou a completar um ano, conforme os relatos), até que elas ficaram grávidas e foram “morar junto”. Pelo que contaram, as famílias não forçaram diretamente a união, mas exerceram certa autoridade para que isso acontecesse, principalmente por parte dos pais⁷.

Pelo que contam, “morar junto” só difere do status de casados no que diz respeito ao uso de aliança, pois elas usufruem do status simbólico de mulheres casadas, que para elas, assim como para todos na comunidade, significa ter filhos dele e ser sustentada por um homem, tendo direitos e deveres entre o casal, com a casa e com os filhos. Essa parece ser uma “trajetória” padrão, mas não único, entre essas pessoas (ANDERSON, 2007).

A vivência familiar organiza-se por um critério tradicional de divisão de atividades, no qual os homens são encarregados pelos serviços da pesca e as mulheres, pelos da casa, com base na hierarquia e respeito de que falou Sarti (1996) sobre a organização das famílias dos pobres em São Paulo. Na divisão tradicional dessas tarefas, as mulheres aparecem desde a infância, realizando serviços para ajudar a família⁸. Essa categoria “família” serve de subsídio para compreender a rede de obrigações e solidariedade que compõe o cotidiano familiar.

Na execução das atividades domésticas, dependendo do sexo, da idade e da posição na família, a pessoa poderá desenvolver um certo tipo de atividade (ANDERSON, 2007). Se a mulher for a mais velha do grupo e casada com o “chefe da família⁹”, ela toma conta das atividades domésticas, sendo responsável pela sua distribuição aos demais membros. É ela quem divide, por exemplo, o que cada um deve fazer, definindo por acordos, o que inclui conversas informais e observações para distribuição das tarefas, e não como imposição. A participação dos demais integrantes do grupo aparece em momentos que são previamente estabelecidos. A responsabilidade principal continua sendo da mulher, mas não significa que tenha de ser exclusiva, por isso o acordo significa um ritmo de atividade que inclua a contribuição dos integrantes do grupo doméstico.

⁷ Os pais não obrigam a união, mas dizem que o casal tem que encontrar uma maneira para custear suas despesas e do bebê. A ‘solução’ que encontram é ‘morar junto’, pois significa assumir responsabilidades.

⁸ A ajuda na infância inclui limpar algum cômodo da casa, lavar louças e preparar o almoço.

⁹ As diferenças entre ‘dona de casa’ e ‘chefe da família’ relacionam-se com o gênero e a divisão de poder no espaço doméstico, que são complementares (ANDERSON, 2007).

Tomando como referência a escolaridade das mulheres, ter filhos e viver maritalmente parecem não combinar com os estudos, pois ingressam num novo conjunto de responsabilidades que não permitem sua ausência de casa por muito tempo. Assumindo os posicionamentos de mães e esposas, assumem, também, a tarefa de administrar a manutenção da casa e os cuidados com as pessoas (marido ou companheiro e filhos), responsabilidades essas que eram de suas mães. Neste sentido, a presença da mulher em casa será fundamental para o andamento da vida doméstica, pois, na impossibilidade de pagar uma babá, ou deixar as crianças numa creche, elas optam pela ajuda da parentela para ficar “olhando” as crianças, caso precisem se ausentar. Esta mudança será verificada entre os homens também. Eles passam a contribuir diretamente com o orçamento doméstico, sendo os maiores responsáveis pela renda da sua “nova” família¹⁰. Percebe-se que ambos possuem responsabilidades diferentes e bem definidas no grupo.

A família aparece como um valor moral entre os populares, como destacou Sarti (1996), em que a ajuda funciona base para as divisões complementares entre as atribuições por gênero entre as famílias de pescadores em Icoaraci. A ajuda, além de valor material, tem no aspecto simbólico o seu peso mais importante. Eles se ajudam porque é seu dever, como integrante da família, contribuir de alguma com o bem estar de todos do grupo. Pode-se dizer, com isso, que a identificação de gênero e família possui fator preponderante para a construção do ‘outro’. Para as mulheres, a ajuda aos homens é na atividade pesqueira, seja consertando algum apetrecho, seja cuidando da manutenção do barco do marido, o que nem sempre significa ganhos em dinheiro, mas permite a economia de gastos.

Portanto, o valor moral da ajuda na família pode ser comparada ao que Durkheim (1983) chamou de solidariedade, no que se refere à relação de dependência que se estabelece na vida em sociedade, incluindo similitudes e diferenças no contexto familiar. Longe de afastar a contradição da sociedade capitalista, a valorização da família e do gênero para construção do outro pode ser entendida como a base que essas pessoas têm para transpor as dificuldades financeiras em que estão inseridas. Assim, a ajuda que motiva a participação em casa deve ser considerada no contexto de fato social que a família representa na vida dessas pessoas. De alguma forma, a criança vai aprendendo que precisa ajudar o grupo, seja estudando ou trabalhando, e se tornará o adulto de amanhã pensando assim (pelo menos os que passarem por um tipo de socialização bem sucedida). Ajuda significa, no cotidiano estudado, um conjunto de obrigações aprendidas naquele processo como “naturais”, entre os familiares, gerando dependência entre eles.

¹⁰ Vale dizer que eles mantêm a sua casa, mas também reservam uma parte para a casa dos pais, seja dando uma parte do peixe que capturam ou pagando uma conta (água, luz ou telefone).

Por outro ângulo, o entendimento do processo de construção cultural que obedece às categorias gênero e família pôde ser realizado em virtude da conciliação de tarefas entre mulheres (pesquisadora e interlocuturas), tanto nas atividades isoladas (minhas e delas), como durante o encontro etnográfico, em que tivemos que combinar horários para as entrevistas, bem como os valores que as orientam. Pode-se pensar que o tempo que ‘davam’ na pesquisa poderia fazer parte da ajuda nesse cotidiano, que não se restringia às pessoas da família.

Em todas as entrevistas, tinha hora para chegar e ser recebida pelas mulheres. Tinha que chegar ‘cedo’ (é preciso relativizar o ‘cedo’, pois elas já estavam acordadas desde as cinco horas da manhã), entre nove e nove e meia, pois era o horário em que algumas crianças estavam na escola, que o almoço estava no fogo e a roupa já secando no varal. A conciliação de jornadas entre as atividades da pesquisadora e a delas foi freqüente, mas os valores que orientavam/orientam as duas são diferenciados. O sentido subjetivo é, mais especificamente, o desejo de formação profissional e a afirmação individual, no caso delas, a afirmação do todo, da família. As diferenciações existem porque a maneira como fomos socializadas foi diferente.

Aprendemos as tarefas domésticas porque ‘convém’ a uma mulher saber lavar, passar e cozinhar, mas igualmente importante estudar e trabalhar. Todavia, não precisamos nos ocupar com elas todos os dias. As atividades domésticas não nos foram ensinadas como responsabilidade principal. Ao contrário, somos educadas a nos dedicar aos estudos, trabalhar e ter como se sustentar financeiramente¹¹, neste caso, a ter como prioridade o trabalho extra-doméstico. Para as mulheres de Icoaraci, as tarefas de casa foram ensinadas e exercidas cedo – na faixa dos sete anos de idade tomavam conta da casa enquanto os pais se ocupavam com tarefas da pesca e agricultura – (o que não significa exclusividade), porque a organização social se sustenta com a interdependência de atividades entre os membros da família, incluindo os serviços de casa. Contextualizar quando, como e onde essas ações se desdobram é importante, o que não deixa de permitir comparações, revelando a importância de se relativizar, lembrando DaMatta (1997).

A construção da subjetividade no cotidiano entre mulheres funcionava como uma via de mão dupla, orientada por valores sociais de gênero. Compreender o contexto em que as ações e expectativas são produzidas e vivenciadas requer situar-se em campo, levando em conta que o encontro intersubjetivo nos obriga a rever nossa experiência social, como será mostrado a seguir.

¹¹ Como dizia o pai da segunda autora, jovem estudante universitária no final dos anos 1950: “Tem que estudar pra não depender de marido.” Que, assim, o casamento entrava nesse cálculo.

2 O trabalho antropológico, o encontro intersubjetivo e a construção do(a) outro(a)

A análise substancial (até onde foi possível) sobre os significados da construção do outro entre famílias de pescadores decorreu de uma experiência prolongada em campo, que permitiu uma leitura além das respostas dadas durante as entrevistas. Tendo como foco as mulheres, as interpretações feitas não desprezaram o ambiente em que essas relações se davam (em que a pesquisadora estava presente), e de que participavam outras pessoas, além das entrevistadas, revelando uma outra face do espaço relacional de que fala DaMatta (1997). Quer-se dizer, com isso, que poucas vezes ficamos apenas as duas conversando, outras pessoas apareciam na sala ou na cozinha (lugares onde era recebida), às vezes interferindo, direta ou indiretamente, nas respostas¹².

Os símbolos e significados culturais em relação às atribuições de gênero, por isso, não apareceram apenas nas respostas que davam para o roteiro de questões da pesquisa, mas também nas suas falas com seus familiares, que vez ou outra apareciam (e participavam olhando, ouvindo e/ou falando) quando conversava com suas mães, tias ou filhas, ou ainda, quando se referiam às atribuições da jovem pesquisadora: uma moça, sozinha, fazendo pesquisa, como eles diziam.

Como estive várias vezes na casa dessas famílias, é possível comparar várias situações, principalmente no que diz respeito à presença ou não dos homens. Por um lado, quando eles estavam em casa, elas aproveitavam para lhes solicitar uma participação mais ativa nos cuidados com os filhos, parecendo reforçar um pedido anterior. As mulheres achavam que eles deveriam dedicar mais tempo para acompanhar o desenvolvimento educacional e os assuntos de saúde, pois, como disse Fernanda, “eles [os filhos] têm mais mãe do que pai”. Por outro lado, diziam que as demais tarefas domésticas são de sua responsabilidade e, por isso, não consideram ruim o fato deles não estarem em casa, porque não influenciavam o ritmo de seus afazeres. Quer dizer que quando eles estão em casa, elas têm que servir as refeições e fazer a manutenção dos demais serviços domésticos com mais urgência. Caso o almoço não estivesse pronto às 12h, por exemplo, eles começavam a apressá-las. Além disso, eles fazem muitas sugestões nos serviços, do tipo “Arruma a sala depois, quero ver o futebol” ou “Tem

¹² Geralmente, as crianças eram chamadas para informar algum nome e ficavam por ali mesmo, ou o marido para confirmar informações que diziam respeito aos dois (organização da casa, cuidado com os filhos e autoridade na família); eventualmente, apareciam vizinhos ou agentes de saúde. Às vezes essa participação foi silenciosa: um filho que se sentava ao lado da mãe e a ouvia contar suas histórias ou, ainda, com trocas de olhares entre maridos e esposas. Com relação a eles, uns ficavam ouvindo e outros iam e voltavam a outro cômodo, parecendo demonstrar mais interesse na entrevista quando o assunto abordava renda e autoridade, momentos em que elas deixavam que eles informassem: “Ei, responde aqui pra ela...”

que comprar outra vassoura? Comprei uma semana passada.” Num dia de trabalho, portanto, há prioridades que são respeitadas, conforme o período em que precisam e podem ser realizadas, como também, em razão da importância que têm para o grupo. Horários precisam ser cumpridos, havendo, inclusive, uma hierarquia tacitamente seguida; e eles são mais rígidos quando o marido está em casa, como destacam DaMatta (1997) e Sorj (2004).

Tal sequência cotidiana, aparentemente contraditória e rica em detalhes, não apareceu, evidentemente, assim encadeada, despertando uma sensibilidade antropológica para ir montando coisas, articulando falas e personagens, compreendendo significados do cotidiano do grupo estudado e interpretando a cultura além do que falavam e consideravam normal de seus afazeres.

Um exemplo do que se está falando consistiu na interpretação da justificativa dos vários “papéis” femininos na manutenção e reprodução do grupo doméstico, ditos simplesmente como “não faço nada”. Esse nada poderia implicar, entre outras coisas, numa trajetória ocupacional bastante diversificada, marcada por ingressos, saídas e reingressos no mercado de trabalho informal (seja como empregadas domésticas) ou mesmo economizando no orçamento doméstico.

No estudo da interseção entre tarefas produtivas e reprodutivas, a realidade da maioria das entrevistadas que trabalha em casa, mostra que o fato de permanecerem restritas ao espaço do lar e da vizinhança, onde estão cotidianamente, não significa imobilidade. Se, de um lado, elas têm dificuldade de exercer trabalho fora que implique deslocamento, principalmente passar dias fora do lar, de outro lado, ficar em casa significa flexibilização de seu tempo para dar conta de tarefas que gerem renda, por exemplo, vendas, costuras, tecer rede de pesca ou outras que, embora temporárias, requerem grande dedicação, sem que os ganhos que elas conseguem sejam aumentados em razão do tempo gasto em sua execução, como mostrei em outro momento (ANDERSON, 2005).

Dá para perceber que mesmo dedicando uma parte do dia para atividades extra-domésticas, elas vão alternando essas atividades com os trabalhos do lar, numa superposição de jornadas e responsabilidades e uma grande possibilidade de ‘dilatação’ do tempo. Há que se considerar que essas mulheres praticam mais de uma atividade remunerada, sendo esse o caso da venda de alimentos, que é intermitente. O que elas podem vender e quando isso poderá ser feito dependerá da estratégia que formularão para isso, sem deixar de lado as responsabilidades com a casa. Essa situação ajuda a compor o quadro de encargos que as mulheres assumem na manutenção do grupo, o que pode ser negociado pela sua presença em casa (ANDERSON, 2007).

Pelo que viemos discutindo até aqui, elas optam por escolhas “socialmente aceitas”, como lembra Sorj (2004), pois tomam como referência um campo de possibilidades, relacionadas aos valores e práticas sociais, na conciliação de tarefas, influenciados pela centralidade que a família ocupa neste contexto. Por isso, quando tomam a responsabilidade dos serviços domésticos e extra-domésticos para si, põem em cena um sentimento de valorização social, que confirma sua competência para articular tarefas, atestadas pela experiência diária. Elas interpretam os encargos de gênero, atualizando suas formas de participação na manutenção doméstica, articulando tarefas dentro e fora de casa.

Além de confirmar sua identidade social de dona de casa, elas também sustentam o papel de provedor do homem, pois estão contribuindo na manutenção das famílias de diferentes maneiras. Traduzindo o nada nesse contexto, ou melhor, relativizando o nada, como diz DaMatta (1987), significa valorizar a identidade de homens e mulheres no plano familiar e da sociedade mais ampla. A interpretação sociológica sobre as práticas de trabalho tidas como femininas e masculinas, portanto, se dá pela discussão das diferenciações e injunções de gênero, as quais salientam que, a partir de distintas considerações do sexo biológico, são construídos diferentes processos de socialização, permeando as relações de homens e mulheres. Desta forma, as atribuições exercidas por homens e mulheres não são iguais em todos os lugares, variando conforme fatores culturais, os quais implicam nas atribuições dos indivíduos (HEILBORN, 1992 e 2004; KOFES, 1993). Esses processos distribuem lugares e tempos diferentes para eles, tendo, a mulher, identificação social com o lar. Daí que sentem a necessidade de trabalhar para ajudar a família, quando a atividade principal do marido está com alguma dificuldade, o que dependerá da rede de apoio que elas acionarão para isso (BERGER e BERGER, 1984; BERGER e LUCKMANN, 1998; DAMATTA, 1997).

O depoimento de Clara ajuda a elucidar a rede de relações que as mulheres lançam no cotidiano para dar conta da reprodução doméstica, que pede ajuda para mãe, que mora ao lado de sua casa: *“Quando eu tenho que sair e não dá para levar os dois, deixo aí na casa da mamãe, porque ela mora aqui do lado. A menina eu peço pra ela vim olhá, porque ela já tá com 10 anos, eu digo pra ela ficar [na casa da avó] e ela diz ‘não, eu quero ficar em casa’. Aí ela fica assistindo televisão, eu digo pra mamãe vim olhá ela. Só que eu mando ela trancá a porta, eu digo ‘deixa fechada’, porque não precisa, né, deixar aberta (...). Agora quando eu saio e não dá para levar ele [o filho de 4 anos], deixo aí com ela [com a mãe].”*

Em vista disso, a principal estratégia que acionam para isso é conciliar responsabilidades em casa e na rua, como trata DaMatta (1997). Elas enfatizam que os homens poderiam participar mais dos assuntos domésticos, o que não significa, neste

contexto, ocupar-se das tarefas de manutenção doméstica, e sim, envolver-se com o cuidado dos filhos (participando de reuniões escolares, por exemplo). Essa “queixa” funciona como um alerta para o marido, que, algumas vezes, estava por perto no momento da entrevista. Esta cena permitiu examinar a relação entre homens e mulheres no convívio familiar, o que foi chamado de “discutir a relação” (PRATA, 2006). Essa discussão, ao contrário do que o termo pode sugerir, não se dava, nos momentos presenciados, em brigas e desentendimentos, mas em solicitações firmes de participação mais ativa do companheiro na reprodução social, seja nos serviços de casa, seja em acompanhar o crescimento dos filhos.

De casa, as mulheres conseguem organizar não apenas suas atividades, como também de toda a família, acionando estratégias que articulem responsabilidades em casa (privado) e fora dela (público). Estar em casa, neste contexto, não representa inferioridade em relação aos homens, mas representa uma forma de confirmar o poder da mulher nesses espaços. É neste sentido que elas demonstram o desejo de participação deles nos assuntos da casa, mas está longe de ser uma participação integral (solicitam a participação ativa para cuidar dos filhos, mas não para dividir os cuidados com os objetos da casa). Ademais, é de casa que elas podem acompanhar o cotidiano dos filhos (saber onde vão, na companhia de quem e o tempo que levarão para isso; se estão frequentando a escola e como está o rendimento deles; acompanhar namoros) e dos maridos (tempo e trajetória das viagens de captura; fazer contato para venda do peixe; ajudar na manutenção do barco, no que diz respeito à limpeza e alimentação; saber casos de relacionamentos ‘extra-conjugais’) – a casa é seu ponto de referência, mas não isolado, nem exclusivo.

Considerações Finais

No encontro etnográfico, muitas ‘traduções’, interpretações precisaram ser feitas. Estudar as categorias no contexto das famílias pesquisadas significou revê-las ‘à quatro mãos’ no contexto da nossa experiência social.

Direcionando atenção para suas percepções sobre as práticas cotidianas, a conciliação de jornadas que realizam é tratada como atribuição “natural” feminina, como elas mesmas dizem, valorizando as atribuições domésticas para as mulheres. Para interpretar essa questão, utilizamos como referência as proposições da categoria de gênero ao tratar as dinâmicas de atribuições e poder entre homens e mulheres entre as famílias em questão. Elas não analisam o encargo dos papéis sociais como uma marca negativa que possa indicar inferioridade e/ou subordinação com relação aos homens, como se poderia pensar. Longe de reclamarem das suas múltiplas jornadas, elas acionavam uma rede de relações para ajudar nas tarefas diárias, valorizado (e/ou valorizando) seu estatuto de dona de casa. É assim que articulam as

atividades dos familiares e ensinam esses valores a seus filhos, entendendo atribuições e expectativas por gênero como sendo diferentes e complementares.

De todo modo, não pretendemos dicotomizar o encontro de valores entre mulheres (pesquisadora e interlocutoras), mas, a partir deles, observar a fluidez dos limites. As mulheres de Icoaraci acionam redes, ensinam saberes tradicionais por gênero, mas também incentivam o estudo e o trabalho antes de formar família para seus filhos, como também, de nosso lado, embora a prioridade seja a formação profissional, aprendemos que não se pode deixar de lado as obrigações com a família (participar das festas familiares, dar satisfações do que fazemos) e com os serviços domésticos de passar, lavar, varrer e cozinhar; afinal, como explicar ser ‘conveniente’ o fato da mulher ter que saber um pouco de cada coisa, como dissemos no início deste artigo?

Nos dois casos, a mulher articula a ajuda da rede social para dar conta das múltiplas jornadas em que o gênero funciona como um marcador importante para a organização das relações sociais. Do mesmo jeito que as mulheres de famílias de pescadores entrevistadas preocupavam-se em acionar estratégias para conciliar atividades nos espaços público e privado, no seu cotidiano, a realização de atividades da pesquisadora também necessitava de conciliação. Mesmo que os objetivos de nossas atividades fossem diferentes, arriscamos dizer que os significados talvez não fossem tanto assim.

Logo, a compreensão do cotidiano das mulheres, que possibilitou rever essa trajetória, significou uma forma de construção da realidade, como disseram BERGER e LUCKMANN (1998), no sentido de contar com as subjetividades postas em presença, e aqui consideradas.

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Kirla K. dos S. **Analisando Gênero, Pesca e Reprodução Social em Icoaraci, Belém/Pa.** Belém: UFPA, 2005. 102f. (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais).

ANDERSON, Kirla K. dos S. **Lugar de mulher é em casa?** Cotidiano, espaço e tempo entre mulheres de famílias de pescadores. Belém: PPGCS/UFPA, 2007. 127 fls. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

BERGER, Peter, BERGER, Brigitte. Socialização: como ser um membro da sociedade. FORACCHI, Marialice & MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução à sociologia.** Rio de Janeiro: LTC, 1984. PP. 200-214.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, Heleieth. **Mulher Brasileira É Assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos: NIPAS, Brasília: UNICEF, 1994. p. 63-93.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever.** REVISTA DE ANTROPOLOGIA, vol 39, nº1, 1996. PP. 13-37.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** 5ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando; uma introdução à Antropologia Social.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social.** 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HEILBORN, Maria Luíza. **Dois é Par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HEILBORN, Maria Luíza. Fazendo Gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 93-126.

KOFES, Suely. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. CADERNOS PAGU, n. 1, São Paulo: UNICAMP, 1993, p. 19-30.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana.** REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, vol. 17 , nº 49, junho de 2002. PP. 11-29.

PARÁ. Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social. **A pesca artesanal no estado do Pará:** perfil sócio-econômico e organizacional dos pescadores filiados às colônias. Belém: SETEPS/SINE-PA, 2003.

PRATA, Mário. **Amor, vamos discutir a nossa relação?** Disponível em: www.releituras.com/marioprata_relacao.asp . Acessado em 11.09.06.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como Espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas / SP: Autores Associados, 1996.